



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
AV. FERNANDES LIMA S/N-CEAGB- FAROL-CEP: 57055-005-MACEIÓ/AL
FONES: (0 XX 82) 358-4090/358-4092 – FAX (0 XX 82) 358-4091

RESOLUÇÃO Nº 001/2002-CEE/AL

EMENTA: Institui as Normas Gerais de funcionamento das Audiências Públicas do CEE/AL.

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - As audiências públicas do Conselho Estadual de Educação de Alagoas – CEE/AL, discutirão propostas provenientes da população de Alagoas e propostas do Conselho Estadual de Educação relativas à educação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º - As Câmaras do CEE/AL, são as responsáveis pela realização das audiências públicas e se encarregarão de:

- a) propor os temas à Mesa Diretora;
- b) organizar e distribuir a programação;
- c) divulgar a data, o horário e o local de realização, assim como o tema a ser debatido, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;
- d) coordenar os debates sobre os temas de competência do CEE/AL.

Art. 3º - As audiências públicas do Conselho Estadual de Educação têm por objetivos:

- I. possibilitar ao CEE/AL, mediante comunicação direta com a sociedade, colher dados para subsidiar o seu planejamento, com base nas prioridades estabelecidas pela população;
- II. possibilitar ao CEE/AL divulgar as suas decisões em relação à educação;
- III. subsidiar a elaboração de suas resoluções acerca da educação.

CAPÍTULO II
DOS PARTICIPANTES E DO CREDENCIAMENTO

Art. 4º - Participam das audiências públicas os cidadãos interessados.

Art. 5º- O credenciamento dos participantes far-se-á no local destinado à realização da audiência pública, no início da reunião.

CAPÍTULO III

DAS REUNIÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 6º - A reunião será realizada de acordo com o seguinte roteiro:

- I. credenciamento e distribuição da programação;
- II. abertura;
- III. composição da mesa e da coordenação dos trabalhos;
- IV. estabelecimento da duração das intervenções;
- V. exposição da matéria.;
- VI. debate;
- VII. propostas.

Art. 7º - Não será objeto de discussão ou votação, matéria que não conste da pauta, salvo decisão da maioria dos presentes na audiência pública.

Art. 8º - O público terá direito a voz, sendo regulamentado o tempo de intervenções de cada um e um tempo destinado às intervenções.

Art. 9º - O público deverá encaminhar suas propostas sobre as matérias por escrito.

CAPÍTULO IV

DO DOCUMENTO FINAL

Art. 10 – O coordenador da audiência pública elaborará relatório contendo as propostas que surgiram na audiência pública.

Art. 11 – O coordenador fará um agrupamento e análises das respectivas propostas apresentadas. Estas propostas serão encaminhadas às respectivas câmaras no CEE/AL para discussão.

Art. 12 – Após deliberação do Plenário do CEE/AL sobre matérias geradas em audiência pública, estas serão divulgadas aos interessados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 – A dúvida sobre a interpretação destas normas considera-se questão de ordem.

Art. 14 – A questão de ordem formulada na audiência pública será resolvida em definitivo e de imediato pelo coordenador da reunião.

Art. 15 – Os casos omissos serão resolvidos por representante da Mesa Diretora, presente à audiência pública.

Art. 16 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação e homologação.

**PLENÁRIO CÔNEGO TEÓFANES BARROS DO CONSELHO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS**, em Maceió, aos 19 de março de 2002.

PROF. DR. ELCIO DE GUSMÃO VERÇOSA
PRESIDENTE DO CEE/AL